

editorial
editorial

entrevista
interview

artigos submetidos
submitted papers

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projeto
project

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V!18

issn 2175-974x | ano 2019 year

semestre 01 semester



a arquitetura da participação de Giancarlo De Carlo revisitada

the architecture of participation of Giancarlo De Carlo revisited

ana carolina farias

PT | EN

Ana Carolina Carvalho Farias é Arquiteta, Mestre em Projeto e Cidade. Pesquisadora do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Co-fundadora da Sobreurbana, estúdio de urbanismo colaborativo. Estuda formas contemporâneas de apropriação do espaço urbano, economia criativa, empreendedorismo social, formas colaborativas e bottom-up de produzir cidades para pessoas.

Como citar esse texto: FARIAS, A. C. C. A arquitetura da participação de Giancarlo de Carlo revisitada. **VIRUS**, São Carlos, n. 18, 2019. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus18/?sec=4&item=3&lang=pt>>. Acesso em: 08 Jul. 2019.

ARTIGO SUBMETIDO EM 28 DE AGOSTO DE 2018

Resumo

Em crítica ao projeto moderno para a arquitetura, Giancarlo de Carlo elaborou um texto protesto em que defendia a inclusão dos usuários nas operações arquitetônicas. Contrapondo o que seria a operação da arquitetura tradicional - detecção de um problema, proposição de uma solução e posterior avaliação - De Carlo propõe a arquitetura da participação, onde um novo esquema de operação, não linear, reposicionaria o papel do arquiteto enquanto formulador de hipóteses. Esse novo papel do arquiteto implica numa clara articulação dialógica de ideias e práticas forjadas com todos os envolvidos na operação arquitetônica, tendo como resultado, não um objeto final acabado, mas um processo permanente de trocas que deverá aproximar o espaço construído aos anseios e necessidades de seus futuros usuários. Este ensaio promove um reencontro com o texto de De Carlo e, a partir de ideias-chave daí extraídas, confronta-o com outros autores que também discutem questões sobre participação e distribuição de poder nas operações arquitetônicas e urbanísticas. Tal reflexão reforça a atualidade dos escritos de De Carlo e a necessidade de manter vivo o debate acerca da participação e colaboração, ideias tão caras para o projeto de democracia participativa que muitos teóricos, praticantes e ativistas travam na cidade contemporânea.

Palavras-Chave: Arquitetura da participação, Giancarlo de Carlo, Representação, Poder

1 Introdução

Este ensaio traz reflexões acerca do trabalho seminal do arquiteto italiano Giancarlo de Carlo, publicado em 1980 e intitulado *Uma Arquitetura da Participação* (DE CARLO, 2010). A partir de problemas que o autor encontrava na arquitetura de seu tempo, com forte herança modernista, ele apresentou uma visão de futuro para a disciplina, onde a participação deveria assumir papel dominante na operação arquitetônica. Toda a obra

de De Carlo, que atuou em projetos arquitetônicos, planejamento urbano, como professor e escritor, traz importantes contribuições para as questões referentes à participação social nos processos da arquitetura.

De Carlo (1919-2005) viveu com intensidade as movimentações políticas de resistência ao fascismo italiano, tendo participado na Guerra Partigiana (1943-1945) ajudando a grupos guerrilheiros. Em entrevista a João Piza (2007), declarou que seu alinhamento político anarquista – e a inspiração que tirou de vários autores anarquistas como Patrick Geddes, Piotr A. Kropotkin, Lewis Mumford e outros - está na base de seu interesse pelas questões da liberdade e da participação em arquitetura. Contraopondo a doutrina modernista, foi membro do Team X, grupo de jovens arquitetos que tentaram alterar os rumos do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), contribuindo para a sua dissolução em 1959.

Para compreender a mensagem de De Carlo (2010), este ensaio está organizado em dois momentos. Primeiro, traz um breve resumo do texto, destacando em negrito algumas palavras-chave que, no momento seguinte, são mote para o complemento ou confronto com ideias de autores como Yona Friedman, Josep Maria Montaner, Ana Paula Baltazar, Henri Lefebvre, Sherry Arnstein, David Harvey, Neil Brenner, e outros.

Dessa forma, pretende-se enriquecer a discussão iniciada por De Carlo (2010), articulando um conhecimento coletivo, forjado em diferentes práticas, reflexões e momentos históricos, acerca da participação nos processos de produção do espaço.

2 A participação social na arquitetura, na visão de Giancarlo de Carlo

O texto inicia com a visão de futuro do autor para a arquitetura. Nela, De Carlo (2010) prospecta que haverá um movimento crescente para a inserção da participação do usuário nos processos arquitetônicos, que passarão a resultar na representação de seu utilizador e não na representação de seu criador, como o autor percebe a arquitetura de seu tempo. Esta era medida como boa, medíocre ou má, unicamente por seus valores estéticos, representados em publicações que recortavam os objetos arquitetônicos dos aspectos concretos do cotidiano.

De Carlo (2010) aponta que a dicotomia entre arquitetura e realidade nem sempre existira. Antes da existência dos livros e revistas especializados, a arquitetura era representada nas pinturas, que não eliminavam a presença das pessoas e usos. Mas com o surgimento da perspectiva, que privilegiou o sentido da visão, e da filosofia burguesa, que afirmou o domínio cultural e político de uma classe sobre as outras, a arquitetura, assim como as artes de um modo geral, passaram a ser concebidas sob um ideal romântico que culmina, para o autor, no Movimento Moderno.

Apesar de partir de uma grande expansão intelectual, o Movimento Moderno também foi um período de grande simplificação na interpretação do que é o comportamento humano e social. Os modernistas tratavam o homem como um sujeito individual e sob um ponto de vista rigorosamente funcional. Mais, De Carlo (2010) destaca que a abordagem do Movimento Moderno sobre a produção do espaço baseia-se na produção de mercadorias. E que a ênfase que o movimento deu aos aspectos estéticos da arquitetura, afastou-o dos aspectos sociais que estiveram presentes no início de sua formação intelectual.

Para De Carlo (2010), o contexto social só poderia ter sido mantido em conta se também estivessem presentes e ativos os seus protagonistas diretos, ou seja, as pessoas, com seus conflitos e contradições, suas complexidades.

Além da crítica sobre a arquitetura moderna, o autor destaca alguns dos grandes impasses de sua época: as transformações ambientais; o *mito do automóvel* que passa a ilusão de que o poder está distribuído entre os que o possuem quando, na verdade, está cada vez mais concentrado no setor econômico e na comunicação - esta responsável pela difusão do mito/ideologia; a fragmentação da cidade e de grupos sociais, decorrentes da cidade rodoviarizada; e a produção da arte e da tecnologia *per se*, sem que desenvolvessem uma imaginação crítica ou a melhoria das condições materiais humanas, respetivamente.

A partir dessa contextualização, o autor traz a sua proposta: uma arquitetura da participação, retirada aos arquitetos e devolvida aos que a utilizam. Sua ideia de participação corresponde a uma distribuição de poder entre todos os envolvidos em determinada estrutura – no caso arquitetônico, de arquitetos, construtores, futuros usuários etc. – ou, no limite, à inexistência do poder, quando todos têm igual envolvimento na tomada de decisões.

De Carlo (2010) descreve a operação arquitetônica tradicional como um processo irreversível de três etapas que não comunicam entre si e que geram um produto acabado: problema, solução e avaliação. Primeiramente, na definição do problema, os procedimentos utilizados são, para o autor, inexatos e não sistemáticos. Os aspectos que influenciam o custo, a técnica ou a estética são preponderantes sobre os desejos

dos futuros usuários. Na segunda etapa, referente à elaboração de solução, a operação arquitetônica tende a apresentar um objeto único, sem margem a alternativas – aliás, o sucesso da solução apresentada é frequentemente medido pela ausência de alterações produzidas. O uso não tem qualquer influência sobre o objeto que é oferecido.

Sendo assim, a última etapa, a da avaliação, De Carlo (2010) considera praticamente inexistente por dois motivos principais: primeiro, sendo considerado uma peça de arte o objeto arquitetônico não pode submeter-se a nenhuma comparação racional; segundo, a falta de interesse sobre a utilização do objeto arquitetônico precariza as condições de análise entre o que foi proposto e suas capacidades reais.

Numa arquitetura da participação, a operação arquitetônica tradicional deveria sofrer profundas alterações. Com a inserção do usuário no processo, a operação deixaria de ser linear, unidirecional e autossuficiente, incorporando o uso em suas etapas.

Na etapa de definição do problema, os objetivos e os recursos disponíveis para a operação passariam a ser tópicos de discussão com os futuros usuários, de modo a resolver contradições ou explorar abertamente o conflito exposto. Já a etapa de elaboração da solução não trataria mais de apresentar uma proposta acabada, mas, ao contrário, de apresentar hipóteses a serem melhoradas pelo escrutínio e criatividade dos futuros usuários. Nessa perspectiva, a tarefa do projetista passaria a ser a de extrair soluções da confrontação contínua com os futuros usuários. Por fim, a avaliação basear-se-ia nas variadas formas em que o produto é utilizado e no nível de satisfação que oferece. Permitindo adaptações contínuas, o objeto produzido na arquitetura da participação teria sucesso quando atingisse a autorrepresentação de seus usuários.

Dadas as características da operação da arquitetura da participação, o autor admite que sua implantação impõe dificuldades em relação à escala e ao tempo de enfrentamento dos problemas urbanos. A operação arquitetônica tal qual imaginada por De Carlo (2010) é mais possível quando aplicada a pequenos grupos sociais, e quando estes têm condições de decidir sobre aspectos com implicações em curto prazo. Sendo assim, considerando a participação como um princípio político, ela tem que ser priorizada sobre os aspectos técnicos. Nesse sentido, De Carlo (2010) sugere a descentralização dos processos e sua total inteligibilidade: que a grande escala seja atingida pela integração de múltiplas operações à microescala, e que o longo termo seja vislumbrado como um encadeamento de múltiplas operações de curto prazo.

Apesar de a participação ser amplamente compreendida como algo necessário nos variados processos de *design*, sua implantação tem sido adiada. Seus poucos exemplos referem-se a ações de guerrilha, protagonizadas por grupos de usuários e por alguns arquitetos.

De Carlo (2010), portanto, defende que tal adiamento deve ser discutido e questionado com seus responsáveis diretos, aponta esses responsáveis e os motivos que os fazem adiar a arquitetura da participação: o poder político, pois a teme; as administrações municipais, pela carga de conflito que traz; os técnicos e funcionários públicos, pois perturba a burocracia e lhes exige um trabalho mais minucioso; os próprios arquitetos, já que a participação lhes retira os privilégios da especialização; e, por fim, a academia, pois ela anula os tradicionais esquemas de ensino e investigação.

O autor encerra o texto alertando que a lista dos responsáveis pelo adiamento da arquitetura da participação é, na verdade, maior, mas que essa compilação inicial já é suficiente para abrir o debate. Reconhecendo a urgência e atualidade de tais ideias e partindo das palavras-chave destacadas ao longo deste ensaio, os tópicos seguintes trazem a contribuição de outros autores, ampliando o debate provocado por Giancarlo de Carlo (2010).

3 Debate ampliado

3.1 Representação

Em seu estudo, Ana Paula Baltazar (2009) elucida que a representação, nos processos tradicionais de produção do espaço, implica em três questões que reforçam a autoridade do projeto e do projetista. A primeira delas é a orientação, do processo de design, à entrega de um produto acabado. Não há espaço para indeterminações ou adaptações. A segunda, é a clara divisão do trabalho - intelectual e manual – que a representação acrescenta ao processo. A terceira, é a definição de etapas bastante distintas – projeto, construção e uso – nas operações arquitetônicas. Tal não acontece em comunidades tradicionais, apartadas, até certo ponto, da lógica capitalista, onde a idealização, a construção e o uso dos espaços acontecem simultaneamente.

A representação nos processos de produção do espaço, como o desenho arquitetônico é, portanto, fundamental para a heteronomia nos sistemas capitalistas e para a extração de mais valia. Para superar a

dominação da representação, a autora sugere a interatividade em processos virtualizados de produção do espaço, como forma de recuperar a autonomia. O que é uma visão alinhada com a de De Carlo (2010), que defendia a confrontação contínua entre arquitetos e futuros usuários.

A arquitetura da interação, como poderíamos chamar a proposta de Baltazar (2009), é aquela que propõe uma organização aberta dotada de meios para que as pessoas identifiquem e resolvam os problemas elas mesmas, em contraposição ao protagonismo do conhecimento técnico e profissional e da imposição das normas estáticas, que caracterizam os modos convencionais de produção do espaço. Para isto, são necessárias ferramentas simplificadas, manuseáveis por todos, onde as tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm importante papel no fornecimento de um ambiente mais informado, bem como o conhecimento técnico do arquiteto e urbanista é essencial para o desenho da interface, ferramentas e inserção de dados. A tarefa do projetista, para Baltazar (2009) e para De Carlo (2010), é apresentar hipóteses que enriqueçam o repertório prévio dos futuros usuários ou coletividades.

Assim, pela interatividade e autonomia, não pelas técnicas avançadas de representação, o espaço construído poderia, enfim, representar quem o fez e lá vive.

3.2 Classes sociais / princípio político

Como constata Josep Maria Montaner e Zaida Muxí (2014), a arquitetura e o urbanismo expressam as maneiras da autoridade ordenar e oprimir a sociedade que a forma. Assim, arquitetura e urbanismo são sempre questões de política.

Ao postular sobre o Direito à Cidade, Henri Lefebvre (2016) destacou que a cidade perdeu seu valor de uso e passou a ser vivida em seu valor de troca com o início do processo de industrialização, que subordina a cidade a suas mercadorias. Para o autor, foi a classe dominante, detentora do capital, dos meios de produção, que substituiu a obra pelo produto, ao controlar os investimentos produtivos pela cidade, as subjetividades que permeiam as relações sociais, e por fim, a própria classe operária.

Ao revisar o conceito do direito à cidade, David Harvey (2014) diz que relacionar o capitalismo à urbanização é fundamental para compreender a lógica da produção do espaço. Capitalismo e urbanização se retroalimentam em um processo onde o primeiro está sempre em expansão, produzindo e concentrando geográfica e socialmente seus excedentes na cidade. Assim, a urbanização – na qual a produção arquitetônica está incluída – é um fenômeno de classe, onde uns extraem e acumulam a produção feita por outros. Raciocínio que respalda a crítica de De Carlo (2010) à classe burguesa que, ao longo da história, tem represado para si os privilégios que pode, dominando os saberes especializados, inclusive o dos arquitetos.

3.3 Simplificação

Os estudos de Yona Friedman (1975) trazem uma importante crítica sobre o tradicional modo de trabalho do arquiteto, que atua como mediador das vontades do futuro usuário que acaba por ter pouco ou nenhum poder de decisão final. Tal processo é mais ou menos simples quando se trata de uma obra para usuários específicos, previamente conhecidos, mas torna-se mais complexa quando se trata de espaços coletivos e, mais, da produção da cidade (Fig. 1).

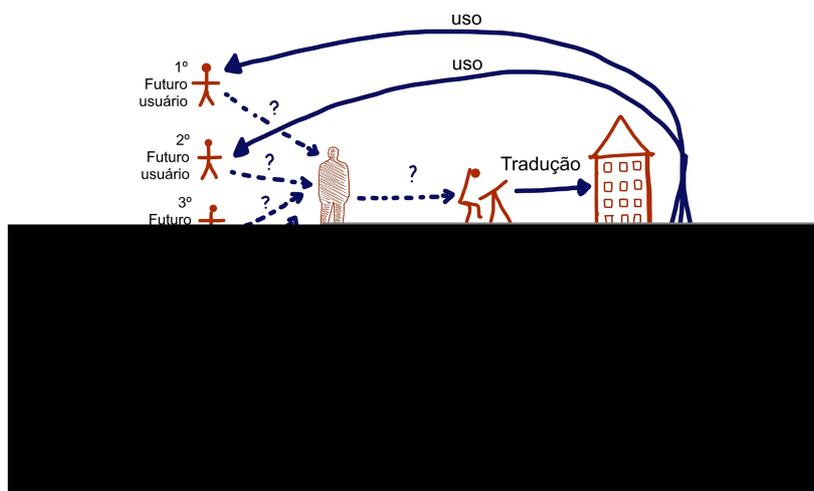


Fig. 1: O usuário tipo, por Yona Friedman. Fonte: Da autora, adaptado de Indisciplinar. Disponível em: <<https://goo.gl/AiGYy>>.

Nesses casos, o arquiteto tradicional virtualiza os futuros usuários na figura de um usuário tipo. Ele o faz pela simplificação, tentando encontrar um usuário médio que acaba por ser irreal. O homem-tipo definido pelo Movimento Moderno e criticado por De Carlo (2010), universal, abstrato, despido de subjetividades e reduzido a suas necessidades mais objetivas, já não corresponde à complexidade de mundo e de sujeitos que o pensamento pós-moderno construiu.

Assim, para manter a realidade e autonomia dos futuros usuários em um processo de produção do espaço, o autor sugere que o arquiteto deve reposicionar-se, passando a atuar não como mediador, mas na elaboração de repertórios e na elucidação de consequências, tornando os futuros usuários capazes de tomar as decisões por si, de forma consciente. Dessa forma, Friedman (1975) antecipa um modelo de organização em rede para processos de *design*, abrindo-os a sistemas de controle descentralizados, constantemente em transformação.

3.4 Tecnologia

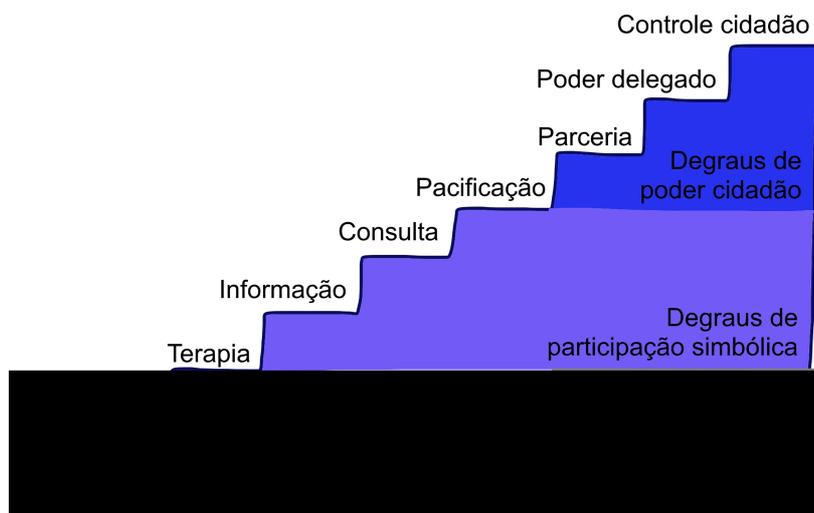
Pensa-se que, no campo da arquitetura e urbanismo, a introdução do computador – especialmente dos softwares CAD (desenho assistido por computador) e seus similares – representaram uma revolução tecnológica para a profissão. Não só pelas facilidades de desenho, mas pelas novas possibilidades de desenho que os *softwares* permitem, gerando um novo léxico arquitetônico observado nas obras da arquiteta Zaha Hadid e do arquiteto Frank O. Gehry, por exemplo.

No entanto, como ressalta Baltazar (2009), os *softwares* CAD baseiam-se na tradição de desenho estabelecida na Renascença, tradição também criticada por De Carlo (2010), que acaba por reforçar a produção de *commodities*, sobrepondo o valor de troca sobre o valor de uso. Isso porque a tecnologia CAD valoriza a autoria, a produção de obras destacáveis, a separação e dominância do trabalho intelectual dos arquitetos e, portanto, a heteronomia na produção.

Será, então, de outro tipo de revolução tecnológica que a arquitetura e o urbanismo precisarão para abrir seus processos para a autonomia das coletividades e promover melhorias reais da condição humana. A cultura de ação em rede que caracteriza a sociedade contemporânea e as novas TICs, nomeadamente a internet, as tecnologias *wireless* e *mobile*, georreferenciamento, redes sociais, e outros, favorecem a partilha de ideias e a colaboração, de forma mais democrática e horizontal, bem como a produção, armazenamento e uso de grandes quantidades de dados. Para Baltazar (2009), essas são ferramentas essenciais para a virada tecnológica de que a arquitetura precisa, a depender do uso que arquitetos e urbanistas farão delas.

3.5 Poder

Sherry R. Arnstein (1969) defende a participação cívica como forma de distribuição de poder entre os cidadãos. Acompanhando processos participativos no contexto americano ainda nos anos 1960, a autora observou três patamares dessa distribuição de poder: a não participação, a participação simbólica e níveis de participação onde realmente o cidadão exerce poder sobre os processos (Fig. 2). E concluiu que, geralmente, os processos participativos observados não ultrapassam os degraus do segundo patamar.



A categorização de Arnstein (1969) tornou-se importante referência para análise da efetividade de processos participativos desde então, o que permitiu verificar que a participação artificial não é um problema só americano, está na ampla maioria dos processos realizados nos mais variados contextos. Como ressaltou De Carlo (2010) ao final do seu texto, é preciso que políticos, técnicos e administrativos tomem parte no compromisso que terá de ser a participação nos processos por eles operados, para que o poder que hoje eles têm por exclusividade seja de fato distribuído. Se não for assim, terá de ser tomado pelos *sem poder* de hoje.

3.6 Tarefa do projetista

Em sua crítica ao urbanismo, Lefebvre (2016) questionava o 'sistema dos arquitetos' que os fazia imaginar estarem contribuindo para a evolução do conhecimento quando estavam na verdade, segundo o autor, apenas iludidos com um sistema de significações confiado às máquinas, entre grafismos, projeções e visualizações. Em contraposição à planificação econômica que tem orientado o urbanismo até os dias atuais, Lefebvre (2016) alertou para a necessidade de se criar uma planificação social da cidade cuja teoria, ele alertava, ainda está por se fazer.

Necessidades sociais gerariam novos bens a produzir. Nesse sentido, caberia à ciência, aos técnicos, aos profissionais arquitetos e urbanistas auxiliar o desenvolvimento de novas tendências, propor novos processos, tentar, aprender com os erros, inventariar as experiências. Para Manfredo Tafuri (2008), a ação política, a experimentação didática e a troca de modelos estáticos por modelos dinâmicos são exigências para uma resistência ao desenvolvimento capitalista. É preciso colocar o papel do técnico, do planejador, do organizador da atividade produtiva à prova das exigências da luta de classes.

3.7 Escala e tempo / ações de guerrilha

As ações de guerrilha como as que De Carlo (2010) referia-se – processos participativos em operações de arquitetura – ganharam maior terreno e visibilidade a partir do início do Século XXI. As crescentes injustiças urbanas, o aprofundamento de uma *crise do urbanismo*, junto com a difusão da internet, das tecnologias de informação e comunicação e tecnologias digitais, dentre outros fatores, provocaram a emergência de uma grande diversidade de práticas contra hegemônicas em arquitetura e urbanismo que podem ser denominadas por táticas urbanas ou urbanismo tático (FARIAS, 2018).

Tratam-se de práticas criativas, geralmente informais, temporárias, experimentais, micro escalares, *bottom-up* e abertas para a colaboração – no desenho, no financiamento, na construção, na promoção, no uso. Muitos desses praticantes são adeptos da ideia defendida por De Carlo (2010) de combinar ações em microescala e de curto termo, acupunturais, para produzir transformações no ambiente urbano.

No entanto, provocado por uma exposição ocorrida no *Museum of Modern Art - MoMA* de Nova Iorque, chamada *Uneven Growth - Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*¹, que trazia uma série de projetos e ações táticas, ou de guerrilha, Neil Brenner (2016), alertou para a dificuldade de se combater os difíceis problemas urbanos da cidade contemporânea com práticas e projetos desenvolvidos na microescala, muitas vezes temporários. E sugeriu que, em tempos de problemas perversos e de tanta crítica aos modelos atuais para tratá-los, deveríamos pensar na combinação de métodos, de práticas e ferramentas.

A crítica de Brenner (2016), posterior à proposição de De Carlo (2010) e a várias experimentações de operações micro no espaço e no tempo, não pode ser ignorada. Ela esclarece a necessidade de haver uma aproximação entre as práticas táticas – operações localizadas, de curto termo, experimentais - com as políticas estratégicas, se se deseja alcançar a justiça social e a plenitude do direito à cidade. Nesta perspectiva, o autor destaca o papel fundamental dos pesquisadores em investigarem como, onde, sob quais condições, métodos, consequências, para quem tais ações operam seus novos modos de fazer a cidade e de viver o urbano.

Talvez a tecnologia hoje disponível, a emergência e visibilidade de outros modos de ser e fazer, bem como a experiência acumulada ao longo das últimas décadas em variados métodos de participação, colaboração e autonomia na produção de espaços construídos sejam alguns dos temperos de que dispomos hoje, mas que faltaram aos experimentos pioneiros dos quais De Carlo (2010) fez parte.

4 Notas finais

A insuficiência do planejamento e da arquitetura moderna frente aos problemas urbanos pautou muitas arenas de disputa e discussão sobre a disciplina, a partir da segunda metade do século XX. O caráter centralizador,

burocrático, funcionalista e tecnocrático desse modo de fazer, mundialmente difundido, colocou em questão as intenções de liberdade e inclusão que o projeto social da arquitetura moderna pregava, o que De Carlo (2010), à frente de seu tempo, já criticava.

Paralelamente, assistiu-se em meados do século XX a uma crise da social democracia nos países centrais e a uma urbanização sem precedentes nos países periféricos. A grande injustiça social e urbana, decorrente disso, contribuiu para reforçar a ideia de uma democracia participativa onde seria possível aos governos articularem politicamente as diferentes vozes, interesses e visões de mundo.

Nas disciplinas de *design*, tal ideia de democracia desencadeou propostas e experiências de processos participativos, na tentativa de incluir os excluídos e de se aproximar da realidade dos territórios. A visão sobre o papel político da arquitetura em incluir os usuários nos processos de *design*, discutida por De Carlo (2010) e compartilhada com vários outros autores e praticantes, influenciaram toda uma geração comprometida com processos participativos em desenho, planejamento, construção e gestão de espaços arquitetônicos e urbanos.

Importante destacar nas reflexões de De Carlo (2010), a ideia de que o arquiteto, ao contrário do que se defende em algumas linhas de pensamento como o *advocacy planning* e em muitas práticas colaborativas onde seu saber técnico se neutraliza, não deve se colocar apenas como mediador das operações arquitetônicas (PIZA, 2003). Sua importante contribuição, técnica e estética, deve servir para o enriquecimento do repertório previamente trazido pelas coletividades, reforçando o debate participativo em seu caráter dialógico. Colaborar e participar são modos de fazer que exigem a integração das várias visões de mundo e vários saberes daqueles que tomam parte num dado processo.

Olhando para tantos escritos e experiências, pode-se dizer que, como previu De Carlo (2010), vive-se hoje um crescente esforço de inserir o utilizador na definição da arquitetura, ou o cidadão na definição do espaço urbano. Isso, em parte, graças às novas tecnologias, mas principalmente, a um grande histórico de lutas urbanas que clamam pelo direito à cidade.

Essa disputa de poder vem sendo travada em diferentes contextos, níveis de recurso e posições políticas em diversas práticas participativas realizadas em todo o mundo. Longe de a arquitetura da participação ser hoje o *modus operandi*, há ainda muito por discutir, esclarecer, experimentar, descartar e validar. Que este tão importante debate nunca arrefeça.

Referências

ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. **AIP Journal**, v. 35, n. 4, p. 216-215, 1969.

BALTAZAR, A. P. **Cyberarchitecture: the virtualisation of architecture beyond representation towards interactivity**. Londres: Bartlett School of Architecture, 2009.

BRENNER, N. Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **e-metropolis - Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 27, ano 7, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/fiHWNm>>. Acesso em: 24 Out. 2018.

DE CARLO, G. Uma arquitetura da participação. In: RODRIGUES, J. M. (Coord.). **Teoria e crítica de arquitetura: Século XX**. Lisboa: Ordem dos Arquitectos Portugueses e Caleidoscópio, 2010. p. 753-758.

FARIAS, A. C. C. **Taxonomia do Urbanismo Tático: Uma Proposta para Leitura, Compreensão e Articulação das Táticas Urbanas Emergentes**. 2018. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) - Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8507>>. Acesso em: 24 Out. 2018.

FRIEDMAN, Y. **Toward a Scientific Architecture**. Cambridge: MIT University Press, 1975.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Itapevi, SP: Nebli, 2016.

MONTANER, J. M; MUXÍ, Z. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: Gustav Gili, 2014.

PIZA, J. Vida e obra de Giancarlo de Carlo. **Resenhas Online**, 022.01, ano 02, Out. 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2yvqphc>>. Acesso em: 24 Out. 2018.

PIZA, J. Entrevista com Giancarlo de Carlo, realizada em Milão, em 2002. **Vitruvius**, Secção Entrevista, 032.02, ano 08, Out. 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2kNPMnm>>. Acesso em: 24 Out. 2018.

TAFURI, M. Problemas à guisa de conclusão. In: NESBITT, K. (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: Antologia teórica 1965-1995**. São Paulo: Cosac & Naify, 2008.

1 Mais informações sobre a exposição em: <http://uneven-growth.moma.org/>.